

**SOBRE A POUCA IMPORTÂNCIA DO CEARÁ NO MOVIMENTO
EXPANSIONISTA PORTUGUÊS EM DIREÇÃO À AMÉRICA
ESPAÑHOLA.**

**Revista Trajetos
Revista de História UFC
2007**

**Clovis Ramiro Jucá
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal do Ceará.**

Resumo: Este artigo identifica a pouca importância do Ceará, no contexto da definitiva ocupação portuguesa no Brasil durante o século XVIII. A análise volta-se para a reduzida inversão tecnológica na adequação das diretrizes lusitanas de controle do território, como índice do pequeno interesse português sobre a Capitania cearense no movimento expansionista em direção às fronteiras com a América Espanhola.

A fundação de vilas como estratégia de ocupação do território brasileiro.

Após a União Ibérica, as bases da formação territorial brasileira já se faziam manifestas. A partir do século XVII e por todo o século XVIII, as duas principais correntes de povoamento partiram da região sudeste ou de São Luís e de Belém em direção às fronteiras com a América Espanhola. Entre elas, ficou enorme área central a ser ocupada; a zona sertaneja do Brasil. De acordo com Moraes (2000, p.401), a soberania lusitana cobria "uma vasta porção do oriente sul-americano, abarcando conjuntos regionais extensos, núcleos de colonização, enclaves e uma vasta zona de trânsito e visitação na hinterlândia englobada na designação de "sertão"". Ele adverte, contudo, para o fato de que embora a "conformação básica estivesse posta", não significava que estivesse "consolidado o domínio de todo o espaço" que o compunha. Entre as zonas de trânsito, o Ceará ainda estava por ser definitivamente ocupado.

A lógica da definitiva ocupação do território brasileiro pelos portugueses, durante o século XVIII, encontrou fundamento teórico na argumentação de Alexandre de Gusmão¹ para a delimitação dos novos limites fronteiriços entre o Brasil e a América Espanhola, mais especificamente em torno da polêmica gerada em volta da Colônia do Sacramento.

A noção de território argumentada por Alexandre de Gusmão não se pautava na distância alcançada pelo "tiro de canhão", tal como os espanhóis queriam reconhecer a soberania portuguesa; ou seja, como se o território conquistado correspondesse à área adstrita à defesa de suas fortalezas. Ele alegava que a permanência lusitana nas regiões disputadas nas fronteiras, dependia de suas conexões com outros lugares do Brasil; ou seja, o espaço conquistado só interessava à Coroa depois de "conectado à rede que pertencia" (ARAUJO, 2000, p, 47).

O conceito de território argumentado, portanto, estava associado à idéia de se interconectar todas as regiões ocupadas por Portugal na América do Sul. De acordo com Cortesão (1984, p.608), o território, para Gusmão, deveria abranger "terras e campanhas vastíssimas" que alargassem "o Brasil até ao Rio da Prata". A sua noção não estava restrita à determinação de limites físicos territoriais, a marcação das balizas limítrofes do país, ou ao alcance das balas de canhão. Ela explicita a importância de uma continuidade territorial ligando o litoral, os sertões e as regiões de fronteiras; estendendo, assim, o domínio monárquico o mais longe possível (IBIDEM, p.683). O intuito era garantir "uma extensão de terras e de campos" onde se exercesse a "jurisdição" portuguesa, como aferiam, segundo o próprio Alexandre de Gusmão, os "mais acreditados autores". (IBIDEM).

¹ Ver Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid – III, de Jaime Cortesão (1884, p. 606).

A estratégia encontrada para fixação no Brasil foi a fundação de vilas. Com o território pontuado com vilas, garantia-se e confirmava-se o estabelecimento da autoridade e da soberania lusitana nas áreas ocupadas. Elas foram, por excelência, a síntese da conquista (ROSSA, 2002, p. 289). No espaço estruturado pela rede² urbana, as vilas assumem o lugar de elo de comunicação entre as estradas coloniais e de transmissão do discurso metropolitano³. Aqui, a urbanização foi parte integrante da colonização (REIS FILHO, 1968). O Ceará não foi excluído do processo e 18 vilas foram criadas de 1700 a 1822.

A ausência de razões econômicas e geopolíticas para o investimento de técnica na estruturação do espaço cearense.

No entanto, como consequência da pouca produtividade e da baixa rentabilidade da pecuária no território cearense – atividade econômica que atribuiu forma e conteúdo à sua organização espacial - a Capitania não despertou maior interesse para a Metrópole.

Além da inexistência de razões econômicas, também não houve motivos geopolíticos – no contexto da definitiva ocupação do território brasileiro – que despertasse a atenção dos conquistadores. Primeiro, porque a soberania portuguesa no Ceará já não era ameaçada por estrangeiros desde a expulsão dos holandeses em 1654; depois, porque desde o Tratado das Tordesilhas o atual território do Estado cearense já pertencia a Portugal. Também era bem mais fácil se alcançar o Maranhão e o Pará por mar a caminho da região amazônica, vindo diretamente de Lisboa, do que cruzando o sertão.

² Santos (1999, p. 208-209) enquadra a noção de rede em duas grandes matrizes. A primeira considera o seu aspecto físico, a sua realidade material. Trata-se do suporte de transmissão da matéria, da energia ou de uma informação. Na segunda, é levado em "conta o dado social", isto é, a "rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam".

³ Para Araújo (2000, p. 586), a abertura de caminhos e a fundação de vilas no Brasil fundem-se, atestando e revelando a estratégia de ocupação de toda a América Portuguesa como garantia da soberania lusitana.

Por outro lado, longe de tudo o que o aproximasse dos parâmetros de civilidade européia, o sertão nordestino era sinônimo de barbárie para os portugueses. Por muito tempo, foi visto como uma “Terra de Bárbaros” ou dos “Tapuias”⁴, como atestou a cartografia setecentista (A NOVA LUSITÂNIA, 2001).

Para os primeiros ocupantes do sertão, a região logo se mostrou violenta, e somente passado o medo, os desbravadores construíram suas fazendas e levaram suas famílias (ABREU, 1998, p.135). Além da população indígena, o medo era resultante da própria adversidade climática. Por todo o século XVIII, a seca se manifestou com toda a sua intensidade e crueldade, por cinco vezes, da Bahia ao Piauí: 1721-1725, 1736-1737, 1745-1746, 1777-1778 e 1791-1793. Além destes anos, a falta de chuva se instalou no Ceará em 1711, 1754, 1760, 1766 e 1772 (ALVES, 2003, p.31). Com os períodos secos, vinham as epidemias, muita morte de gente, de bicho e o solo tornou-se ainda mais infértil.

A expressão da reduzida importância cearense no contexto da definitiva ocupação do território brasileiro revela-se por meio da pequena inversão de técnica e capital no processo de adequação do seu espaço territorial e de suas vilas às normas urbanísticas provenientes de Lisboa. Não havia razão para maiores investimentos tecnológico na Capitania, fossem relativos à sua defesa, fossem relativos à instalação de suas vilas.

Por um lado, as vilas criadas se achavam em pontos estratégicos dos caminhos das boiadas. O Estado português nada mais fez do que apropriar-se tanto das estradas dos vaqueiros – por onde corria a economia – como dos já existentes lugares de pouso, refundando como vilas.

⁴ Segundo Puntoni (2002), o “País dos Tapuias”. Na cartografia setecentista, o sertão também é denominado como “Nação dos Tapuias”.

Por outro, nada, ou quase nada que fora apregoado como normas urbanizadoras para os novos núcleos fora de fato implantado na Capitania. A princípio, por todo o século XVIII, as Cartas Régias de criação das vilas cearenses, assim como no restante do território brasileiro, seguiam o padrão metodológico português de suas instalações. Tratava-se de um verdadeiro roteiro programático. Escolhia-se um lugar "saudável" para a implantação, determinava-se o lugar da praça, de onde saíam ruas retas e largas.

O investimento de técnica na América portuguesa - A presença de engenheiros na América Portuguesa

Ante a expansão lusitana para além da linha das Tordesilhas durante a União Ibérica (1580 - 1649)⁵ e diante da importância da adição da área ocupada para o fundo territorial português, a fixação no território brasileiro tornou-se uma questão de Estado.

A importância da definitiva ocupação para Portugal, do final do século XVII até 1822, pode ser bem avaliada nas observações de Marques (1998 p.387). Segundo o autor, o território brasileiro constituiu, no período, a "essência do Império Português", o seu "elemento basilar". Mesmo admitindo algum exagero, acrescenta que foi o "Brasil que, em grande parte, levou à separação da Espanha, em 1640", "que deu a Portugal os meios de se conservar independente" e que "justificou o apoio concedido pelas outras potências à secessão portuguesa". Marques também afirma que os produtos brasileiros trouxeram "uma nova época de prosperidade durante o século XVIII" e

⁵ O conhecimento concreto da massa continental brasileira deu-se durante os anos da União Ibérica. Para Araújo (2000, p.43), "pode-se dizer que Portugal, ou os colonos portugueses do Brasil assistiram ao efetivo descortinar do continente, no sentido do conhecimento concreto da massa continental, basicamente durante os anos da União Ibérica. Esse conhecimento foi, naturalmente, gradual, na medida em que só progressivamente foi-se desvendando o território através das sucessivas explorações e viagens ao interior".

fizeram Portugal “respeitado uma vez mais entre as nações civilizadas da Europa”.

Para garantir a sua hegemonia na área ocupada, no decorrer do século XVIII, a Coroa portuguesa investiu tecnologicamente em seu espaço sul-americano, com o envio de engenheiros.

A maioria dos técnicos enviados tanto se envolveu na demarcação, *in loco*, dos novos limites territoriais entre a Coroa Portuguesa e a Espanhola como na elaboração de uma cartografia que cobrisse, com um maior número de informações possíveis, a totalidade territorial brasileira; além de participarem diretamente na organização do espaço intra-urbana, com a implantação de traçados regulares nas cidades reais e nas vilas criadas que ocupavam pontos estratégicos para defesa do território, para controle da população autóctone – como algumas vilas de índios - ou ainda, salvaguardando regiões economicamente importantes para o Reino.

A presença de engenheiros no Ceará

Sabemos que o Ceará, ocupando uma posição periférica no conjunto dos interesses econômicos e geopolíticos portugueses, ficou à margem das ações que envolveram investimentos tecnológicos com vistas à adequação das capitanias e de suas vilas às ações lusitanas ordenadoras do espaço. Não é à toa que até o final do século XVIII têm-se notícias de somente quatro engenheiros na Capitania cearense e que eles quase nada propuseram. Também não é à toa que até aquela data a cartografia pouco havia evoluído em relação aos mapas de sua costa elaborados pelos cartógrafos seiscentistas. Além disso, por todo o setecentos, os documentos cearenses revelam o incômodo causado pela ausência de técnicos – engenheiros, mestres de obras e carpinteiros, dentre outros - e de instrumentos que viabilizassem a delimitação dos termos das vilas, a implantação dos núcleos, a construção das casas de

câmara e cadeia ou que atribuíssem ao forte da vila de Fortaleza outra imagem que não fosse a de ruína.

O interesse metropolitano pela apreensão territorial da Capitania foi equivalente a escassa presença de engenheiros durante os setecentos e as elaborações tardias de sua cartografia, que só ocorreram no último ano do século XVIII e nos primeiros do século XIX, enquanto outras regiões da América Portuguesa, como a região amazônica, já se encontravam totalmente palmilhadas e desenhadas. Por outro lado, já sabemos que embora as Cartas Régias divulgassem as diretrizes urbanísticas metropolitanas para as vilas fundadas na Capitania, pouco ou quase nada das normas apregoadas foram de fato implantadas.

No século XVI, o número de engenheiros na Índia e na África variava entre cinco e dez, sendo pelo menos o dobro do número existente no Brasil. No início do século XVII, já era superior o seu número na América Portuguesa em comparação com a Índia; e no começo do século XVIII, a quantidade destes técnicos oscilava entre 40 e 50% do total da Metrópole (REIS FILHO, 1968, p.70). Do universo setecentista, os quatro engenheiros que estiveram no Ceará – Diogo da Silveira Veloso, Luis Xavier Bernardes, Custodio Francisco de Azevedo e Jerônimo Mendes de Paz⁶ - estavam envolvidos com a procura de minas de ouro e de prata, com as reformas da Fortaleza de Nossa Senhora de Assumpção, com a implantação de vilas, com a delimitação de seus termos e com a construção de sedes administrativas, como as casas de câmara e cadeia. Contudo, na maioria das vezes, a sua presença na Capitania não se traduziu em intervenções concretas no seu espaço territorial, tampouco no de suas vilas.

⁶ Embora não possamos comprovar a formação de Jerônimo Mendes de Paz como engenheiro, o incluímos no grupo de técnicos que estiveram na Capitania do Ceará no século XVIII, por sua reconhecida habilidade técnica, fazendo-o capaz de cartografar a região das minas dos Cariris.

O panorama mudou de figura somente após 1799, quando a Capitania cearense se tornou autônoma da Capitania de Pernambuco. De 1799 até 1822, o Ceará foi plenamente cartografado, projetaram-se uma nova fortificação e um novo desenho para a vila de Fortaleza, além de outras pequenas ações isoladas por todo o território.

O primeiro governador do Ceará autônomo, Bernardo Manuel de Vasconcelos (1799 – 1802), “buscou mapear o território sob sua jurisdição, fomentar as pesquisas minerais e projetar um sistema de defesa da capital da capitania, particularmente com vistas à ponta do Mucuripe”. (CASTRO, 2005, p.39). A sua gestão procurou contar com a presença de militares qualificados, como o 1º Tenente do Real Corpo de Engenheiros João Rafael Nogueira, o 1º Tenente do Real Corpo de Esquadra Pedro Roque Bullet e com Francisco Xavier Torres, promovido, no dia 23 de fevereiro de 1799, 1º Tenente Comandante da Companhia de Artilharia do Ceará (STUDART, 2001, p.427). Nem o tenente Nogueira, tampouco Bullet assumiram seus cargos (CASTRO, 2005, p.40). Francisco Xavier Torres levantou a fortificação da Vila de Fortaleza e o reduto de São Luis, no Mucuripe. Ainda em sua gestão, chegou ao Ceará o sargento-mor naturalista João da Silva Feijó, o primeiro a cartografar a Capitania.

O segundo governador, João Carlos Augusto de Oyenhausen e Gravenburg (1803 – 1808) procurou manter a ordem no tumultuado sertão cearense. Já Luís Barba Alardo de Meneses (1808 – 1812), o terceiro governador, voltou-se para as questões portuárias na Capitania, mandando “efetuar levantamentos batimétricos da bacia marítima fronteira à vila”. Também em sua gestão chegou ao Ceará Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros José da Silva Paulet. Manuel Ignácio de Sampaio foi o quarto governador do Ceará autônomo. Durante o seu governo, a “recuperação, a reconstrução ou construção de uma nova fortaleza na vila” voltou “a ser considerada de modo efetivo”. (CASTRO, 2005, p. 39). No período em que esteve à frente da

Capitania, o Ceará foi cartografado por Silva Paulet em toda a sua inteireza – do litoral ao sertão – chegando às minúcias de seu relevo, de sua hidrografia, estradas, povoações e vilas. Feita esta apresentação, nos deteremos, a seguir, em algumas ações de cada um dos engenheiros que estiveram na Capitania cearense entre 1700 e 1822.

Diogo da Silveira Velloso

O primeiro engenheiro português de quem se tem notícia na Capitania cearense é Diogo da Silveira Velloso⁷. O Barão de Studart (2001a, p.136) em seu *Datas e factos para a história do Ceará*, publicado em 1896, faz referência a uma carta, datada de 15 de junho de 1708, em que o governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas, comunicou ao Rei o envio à Capitania cearense do engenheiro Diogo da Silveira Velloso, com o objetivo de eleger um sítio para a fundação da vila e construção de uma fortaleza. Em sua *Cartografia, Mappas, Cartas, etc. Referentes ao Ceará*, Studart (1923, p.347)⁸ volta a fazer referência a Diogo da Silveira Velloso como o autor da *Planta da fortificação do Seara*⁹ de 1709. Ainda segundo Studart (IBIDEM), esta planta fora enviada pelo governador pernambucano para Lisboa. Um parecer desfavorável custou ao engenheiro sua demissão e o retorno a Portugal para aprimoramento dos estudos. Castro (2005, p. 32) lê com estranheza a punição imposta a Diogo da Silveira Velloso, já que próprio Studart o põe de volta no Ceará em 1729; como veremos adiante. Em 1714, indagações em torno das possibilidades de extração de ouro levaram novamente o engenheiro ao Ceará, mais especificamente à região do Icó¹⁰. A última notícia sua com relação ao território cearense é

⁷ Diogo da Silveira Velloso foi lente da aula militar de Pernambuco, segundo Mário Mendonça de Oliveira em sua apresentação do tratado de *Arquitetura Militar ou Fortificação Moderna* escrito por Velloso (2005) em 1743.

⁸ Ver também Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército, de Castro (1997 p. 9-79).

⁹ A desconhecida *Planta da fortificação do Seara* é planta de número 16 da desaparecida coleção de mapas antigos do Barão de Studart. A enumeração de todos os mapas, com alguns comentários encontram-se em sua *Cartografia, Mappas, Cartas, etc. Referentes aos Ceará*, que compõe, com outros textos, a sua *Geographia do Ceará*. (1923, p. 335-84).

¹⁰ Ant. 1730, Janeiro, 18. Requerimento do sargento-mor e engenheiro da Capitania de Pernambuco, Diogo da Silveira Velloso ao Rei [D. João V] pedindo ajuda de custo para as

na Carta Régia de 28 de abril de 1729, também citada por Studart (2001a, p.180) em seu *Datas e factos [...]*. Nela o engenheiro João de Macedo Corte de Real¹¹ e Diogo da Silveira Velloso opinam contra a construção de uma fortaleza de pedra e cal, afirmando que a antiga podia ser recuperada, apenas trocando-se as partes deterioradas por madeiras de boa qualidade, como a carnaúba. A observação dos dois engenheiros reafirma a pouca ou nenhuma importância despertada pelo território cearense, a ponto de não ser necessária uma fortaleza de pedra e cal para defesa de sua costa (CASTRO, 2005, p.32).

Meses antes, em 28 de agosto de 1728, D. João V ordenou a ida de um engenheiro da Capitania de Pernambuco ao Ceará para desenhar a planta do forte¹². Em 20 de junho 1744¹³, o Capitão-Mor do Ceará, João Teive Barreto de Menezes, escreveu a D. João V, reafirmando a necessidade da construção da Fortaleza. Em 28 de setembro de 1745, o Rei volta a se pronunciar e envia a carta-resposta, ordenando o Governador de Pernambuco que mandasse um engenheiro à Capitania cearense para projetar o forte¹⁴.

despesas que teve na jornada de descobrimento das minas de ouro, no sertão do Icó, no Ceará. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da capitania de Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx.39. D.3564. Em 18 de abril de 1712, D. João V escreveu ao governador de Pernambuco, Félix José Machado, pedindo informações sobre a existência das minas de ouro localizadas "no centro dos Icós": a distância em que se encontravam da praia, se havia porto "capaz em que possam desembarcar os inimigos e se lhes será fácil marcharem pela campanha, e se há agora na passagem de que se possam valer, e se as tais terras são montuosas ou não e se as planícies são capazes de se fazer estrada por elas, e se há parte em que se possa impedir a sua entrada, e da riqueza das ditas minas e se serão de grande rendimento e se se poderá embarçar o descobrimento delas; e de tudo me remeteréis um mapa para que informado de todas as notícias possa tomar neste particular a resolução que for mais conveniente". Esta Carta Régia encontra-se integralmente transcrita por Studart (1898, p. 19), em *Notas para a História do Ceará*.

¹¹ João de Macedo Corte Real serviu como "sargento-mór engenheiro" de dezembro de 1709 a dezembro de 1719. Neste ano, no dia 23 de março, foi nomeado "tenente general da artilharia". Na época era lente na aula de fortificações no Recife (VITERBO, 1988, vol-I/p.231).

¹² A citação é feita por Castro (2005, p.31).

¹³ Carta do capitão-mor do Ceará, João Teive Barreto de Menezes, ao Rei [D. João V] sobre a fortaleza que foi feita no tempo da conquista dos sertões. Projeto Resgate. Documentos avulsos do Ceará (1618 – 1832). AHU_ACL_CU_017. Caixa 4. Doc. 226.

¹⁴ Projeto Resgate – Documentos Manuscritos Códices I (1548-1821). LIVRO DE REGISTRO de provisões régias dirigidas a várias entidades de diferentes Capitanias do Brasil. 1 Vol. AHU_ACL_CU_Cod. 261. Cd – 13.

Luis Xavier Bernardo

Para vistoria, reconstrução da velha fortaleza ou a execução da planta de uma nova foi encarregado o engenheiro Luis Xavier Bernardo¹⁵, o segundo engenheiro português em terras cearenses.

De acordo com as cartas que antecederam a vinda deste engenheiro ao Ceará, a fortaleza encontrava-se em ruína, assim como a ermida de Nossa Senhora da Assumpção, os quartéis e a cadeia pública com grade de madeira. A técnica construtiva corrente era a madeira e a taipa de barro, não havendo o uso da pedra.

Em seu relatório, Luis Xavier Bernardo¹⁶ afirma ser impossível a reconstrução da antiga fortificação, por ela se encontrar totalmente destruída, confirmando as notícias anteriores.

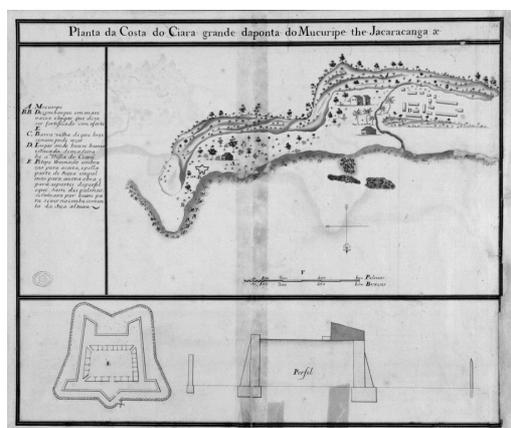
Como alternativa, o engenheiro propõe - na descrição da *Planta da Costa do Ciara grande da ponta do Mucuripe the Jacarecanga*¹⁷, de sua autoria - a edificação de um novo forte na enseada do Mucuripe, ao leste da vila da Fortaleza, pois a reconheceu como a mais apropriada; por não haver o inconveniente de pedras, lodo, por não ser de pouca profundidade e não existir qualquer processo de assoreamento como em outros portos do litoral cearense.

¹⁵ 1747, janeiro, 5, Recife. Carta do [Gov.] D. Marcos José de Noronha e Brito ao Rei [D. João V], sobre vistoria feita pelo engenheiro e tenente general Luis Xavier Bernardes a fort. do Ceará e execução da planta da dita fortaleza. Projeto Resgate. Documentos Manuscritos de Pernambuco (1590 - 1826). AHU_ACL_CU_015; Cx. 65. D. 5500.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ A descoberta de sua autoria nos foi possível, quando encontramos o relatório do Engenheiro entre os documentos avulsos de Pernambuco e comparamos as informações contidas na planta e no documento manuscrito e as datas.

A planta de número 17, da coleção do Barão de Studart (1923, p. 347), é a planta elaborada por Luis Xavier Bernardo. Por meio de sua leitura, comprova-se que a vila estava completamente sem defesa por volta de 1745 e a opção do engenheiro pela construção de uma nova Fortaleza na ponta do Mucuripe e não na vila. O projeto do forte previa um muro de contorno, cercado por outro de madeira. A técnica construtiva empregada na nova fortaleza seria pedra e cal, assim como para os quartéis, a casa de câmara e cadeia e a ermida de Nossa Senhora da Assumpção na vila. Segundo Xavier Bernardo, embora tenha escutado que não havia pedra para construção nas proximidades do núcleo, viu o contrário na obra da Igreja. Elas eram retiradas da "praya embayxo de um mar de algas vivas"¹⁸. Pelo sargento-mor João Dantas de Aguiar, escrivão da Fazenda Real, sabemos que até o dia 28 de agosto de 1746, nenhum lance havia sido arrematado "na brassa de alvenaria, palmo de cantaria, vara de lagedo" da fortificação ou nas demais obras de pedra e cal; e que na capitania do Ceará não havia um qualquer mestre pedreiro capaz de fazê-las¹⁹.



Planta da Costa do Ceará Grande da ponta do Mucuripe the Jacarecanga.

Fonte: AHU_Cartografia Manuscrita_Mapas da Capitania de Pernambuco_131(929 a 941).

¹⁸ 1747, janeiro, 5, Recife. Carta do [Gov.] D. Marcos José de Noronha e Brito ao Rei [D. João V], sobre vistoria feita pelo engenheiro e tenente general Luis Xavier Bernardes à fort. do Ceará e execução da planta da dita fortaleza. Projeto Resgate. Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Pernambuco. AHU_ACL_CU_015; Cx. 65. D.5500.

¹⁹ "O Escrivão passe ao pe desta por certidão se pellos editais postos nas partes mais publicas desta Capitania [uma palavra] Lancais na obra da Fortificação Vila do Ciara G^{de} de Agosto 28 de 1746". IBIDEM.

Analisando a planta da fortaleza proposta para a enseada do Mucuripe, Castro (2005, p.35) aponta que ela não apresenta bastiões de defesa, possivelmente em decorrência de suas diminutas dimensões, embora o muro de contorno mostre reentrâncias regulares. O autor também denota que as suas medidas em palmos não são muito definidas; “a julgar-se pela altura do parapeito, o muro de contorno viria a ter 4,50 e 5,00 metros de altura”. A maior “extensão do forte talvez superasse os 50 metros e o reduzido terrapleno figuraria um retângulo de uns 32 por 18 metros”. Além disso, as medidas do petipé não correspondem às verdadeiras distâncias do litoral. “O recife aflorado, junto do qual se formava a Prainha, aparece bipartido”. O percurso do riacho Pajeú só é correto em sua parte final. As edificações da Vila são representadas convencionalmente, “aliás, infiéis às verdadeiras dimensões do casario, à parte a apresentação de sobrados, tipologia arquitetônica que somente veio a ser desenvolvida no começo do século XIX”.

Por toda a segunda metade do século XVIII, os relatórios dos representantes do governo português no Ceará reafirmam o estado de ruína em que se encontrava a fortificação da vila de Fortaleza e a ausência de engenheiros na Capitania.

Custodio Francisco de Azevedo

Somente a vila de Monte-mór o Novo da América (1764) contou nos procedimentos de sua implantação com a presença de um técnico especializado. O terceiro engenheiro português na Capitania cearense, Custodio Francisco de Azevedo²⁰, “engenheiro de profissão e

²⁰ Não há qualquer referência do engenheiro Custódio Francisco de Azevedo no *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, de Viterbo (1998). Segundo Castro (1997, p.22), Custódio Francisco de Azevedo fez parte do grupo de mineradores, provenientes de Portugal por volta de 1740, que exploraram sem êxito as minas do Araticum, no sopé da serra da Ibiapaba. Ainda segundo o autor, por ser um “profissional portador de profundos conhecimentos de topografia”, Custódio F. de Azevedo foi inúmeras vezes “convocado para prestar serviços de medição em vários locais da Capitania”.

morador na serra dos Cocos” no Ceará, acompanhou todas as etapas de sua instalação, aparelhado com sua “prancheta ou circulo dimensório” – “graduado com os 360 grãos da peripheria em que se comprehendem todos os oito rumos principaes, quartas e meias partidas que mostrava também estar cevado nos dois pólos do norte e sul, com o qual se costumam fazer as cartas geographicas e topographicas” – e a corda, de “linho, da grossura da linha geométrica e encerada, do comprimento de dez braças”²¹. Como ajudante de corda, foi nomeado o “escrivão da vara do meirinho geral”, Antonio Gomes de Freitas. Em 1º de setembro de 1775, o mesmo Custodio Francisco de Azevedo recebeu da Câmara da vila de Fortaleza 12\$000 pela planta da casa de câmara e cadeia da dita vila (STUDART, 2001a, p.341).

Jerônimo Mendes de Paz

No início da segunda metade do século XVIII, reacenderam-se “as esperanças do famoso El-Dourado” (STUDART, 1892, p.12) na Capitania do Ceará. As notícias da existência de minas de ouro na região dos Cariris chamaram atenção dos governantes portugueses. Em 17 de maio de 1752, o capitão de artilharia Jerônimo Mendes de Paz²² partiu em direção ao Aracati, com trinta soldados, para em seguida dirigir-se às minas de São José dos Cariris.

Além de examinar o descobrimento das minas, avaliando as suas potencialidades, a Jerônimo de Mendes de Paz coube garantir a sua segurança, onde - segundo Théberge (2001a, p.172), em seu *Esboço histórico sobre a província do Ceará*, publicado em 1895 - um “grande concurso de vadios e vagabundos tinha produzido uma terrível anarquia”.

²¹ Ver o “Registro dos Autos da Ereção da Real Villa de Monte-mór o Novo da América” na *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo V, 1891.

²² No primeiro capítulo - “Governo de Quaresma Dourado. Ouvidoria de Proença Lemos. Jeronymo de Paz. Minas de São José dos Cariris. Álvares de Matos”- de suas *Notas para a história do Ceará. (Segunda Metade do século XVIII)*, Studart (1892) escreve sua presença de Jerônimo de Paz na Capitania cearense.

Exatamente por sua habilidade técnica, que o capacitou na elaboração de um *Mappa do interior do Ceará* (STUDART, 1923, p.347) remetido ao governador de Pernambuco, Luis José Correa de Sá, no dia 5 de fevereiro de 1754, o inserimos no grupo de técnicos que estiveram no Ceará durante o século XVIII.

Sobre o desaparecido mapa de número 20 da coleção do Barão de Studart, o próprio Barão de Studart (1923, p.348) afirma que se tratava de uma carta da região das minas e compreendia uma "área de 40 legoas de comprimento que tantas tinha o rio Salgado a contar das nascenças até a barra e 40 de largura desde as nacenças do rio Kariu até o rio das Antas". Ainda segundo Studart (IBIDEM), no mapa os rios Salgado e Kariu que fazem barra no Jaguaribe, eram assim "chamados em parte e em parte tendo os nomes Quixelou e Inhamuns". O Salgado era ainda chamado em parte de "Carité e em parte Carás".

Francisco Xavier Torres

O quinto engenheiro de quem se tem notícia no Ceará foi Francisco Xavier Torres. Ele foi promovido a "1º tenente de Artilharia do Ceará" em 30 de janeiro de 1799 (STUDART, 2001a, p.427), três dias após a concessão da autonomia administrativa cearense em relação a Pernambuco (CASTRO, 2005, p.40).

Logo que chegou à Capitania tratou de fazer o levantamento da planta da Fortaleza da Assunção e do reduto de São Luís do Mucuripe. A primeira tratava-se de uma "planta quase quadrada, com 160 palmos de frente e 135 de palmos de lado, mostrando um ensutamento nos cantos de frente em torno de 22 palmos; ou seja, "uma frente de 35,20m por 29,70m, de lado, e um ensutamento de 4,84m nos cantos, cobrindo uma área total de 1.045 m²" (CASTRO,

2005, p.42). Pelas suas reduzidas dimensões, Castro²³ classifica-o como um “mero reduto”, seguindo a definição de Serrão Pimentel, aplicada a “obra menor quadrada ou algum tanto prolongada”. (IBIDEM).

Em seu relatório de 1º de janeiro de 1800²⁴, Xavier Torres diz que a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção não passava de um fortim arruinado, defendido por seis canhões na parte da frente e um voltado para a Vila, como mostra a planta.

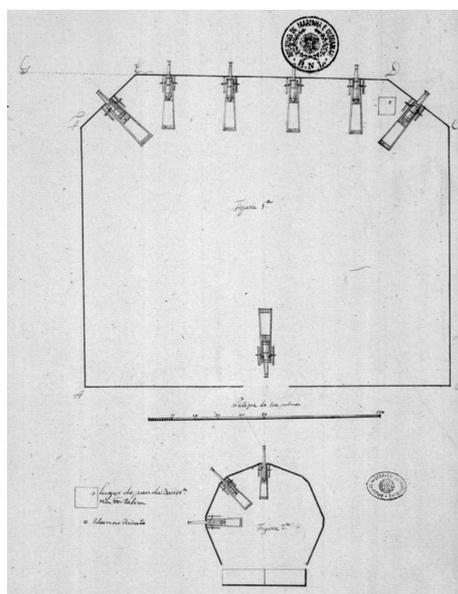
A fortaleza, tal como a Xavier Torres encontrara, fora construída pelo governador Féo Torres entre 1789 e 1792. Segundo um ofício deste capitão-mor²⁵ - prestando contas ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, dos três anos de seu governo no Ceará - logo que chegou à Capitania cearense, ele dedicou-se à reparação da “Artilharia da Fortaleza, cujas peças se achavão quase desmontadas na frente do aquartelamento e incapazes de laborar, sobre hum monte de área, sem mais estacas ou Reductos”. Após os reparos, passou a “construir hum pequeno reducto de madeira, em que por faxina trabalhou toda a tropa, terraplenando o terreno”; fazendo-o mais acomodado, mais plano, com o uso de saibro, facilitando as manobras da artilharia.

²³ De acordo com Castro (2005, p.40), a “descrição de Torres e o desenho que elaborou permitem avaliar o vulto e o estado de conservação da obra, a qual dificilmente poderia configurar-se como uma simples fortaleza. Mais justo seria dizê-la um *fortim*, como quer Carlos Studart; ou uma simples *bateria*, conforme citação contemporânea”, ou seja, conforme o relatório de próprio Xavier Torres.

²⁴1800, janeiro, 1 - OFÍCIO do tenente comandante do 1º Corpo da Artilharia da vila de Fortaleza, Francisco Xavier Torres, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo Sousa Coutinho], sobre vistoria feita à fortaleza da referida vila e do reduto de São Luis, na ponta do Mucuripe, bem como sobre a aquisição de trinta peças de artilharia e a necessidade de se construir uma Casa de Pólvora”. Projeto Resgate – Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará (1618 – 1832). CT: AHU_ACL_CU_017, caixa 13, Documento 748.

²⁵ 1792, outubro, 10, Fortaleza. OFÍCIO do capitão-mor do Ceará, Luis da Mota Féo e Torres, ao [Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, prestando contas dos três anos de seu governo no Ceará. Projeto Resgate. Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará. AHU_ACL_CU_017, Caixa 12, Documento 687.

Já na ponta do Mucuripe, Xavier Torres encontrou o pequeno reduto de São Luiz²⁶. Tratava-se de um octógono regular com vinte palmos de lado, ou 4,40 metros. Cada lado achava-se “fortificado em hum parapeito de estacas grossas pregadas no chão em huma só ordem as quaes fazem a grossura do mesmo parapeito”. Para o mar, voltavam-se “sinco ângulos e três para a parte da terra”. Nos cinco ângulos que davam para o mar, havia “uma canhoneira com cada hum” e os três que se voltavam para a terra formavam “a sua gola coberta com o quartel” de onde se comandava a tropa. Nele se achavam três peças de calibre três; “duas de bronze, e huma de ferro todas com os ouvidos arruinados, voltados para a parte da entrada da enseada”.



Fortaleza da Vila de Nossa Senhora da Assunção

Reduto de São Luis

Planta da Fortaleza da Vila de Nossa Senhora da Assunção e do Reducto de São Luis, na parte do Mucuripe.

Fonte: AHU_Cartografia manuscrita_Mapas da Capitania do Ceará_82(849)_MSCeará_Ca. 1800.

²⁶ 1800, janeiro, 1 - OFÍCIO do tenente comandante do 1º Corpo da Artilharia da vila de Fortaleza, Francisco Xavier Torres, ao [Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo Sousa Coutinho], sobre vistoria feita à fortaleza da referida vila e do reduto de São Luis, na ponta do Mucuripe, bem como sobre a aquisição de trinta peças de artilharia e a necessidade de se construir uma Casa de Pólvora”. Projeto Resgate – Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará (1618 – 1832). CT: AHU_ACL_CU_017, caixa 13, Documento 748.

De acordo com Xavier Torres²⁷, aquele lugar precisava de uma nova Fortaleza, por ser o melhor ancoradouro da região, por dominar a entrada da enseada do Mucuripe e por ficarem as embarcações mais bem protegidas. Mesmo estando este reduto a quase meia légua do ponto do desembarque na vila de Fortaleza, como os barcos costumavam chegar passando pelo Mucuripe, eles ficariam sempre no alcance das “pessas boas e mº Calibre”. Para a nova fortificação, propunha “oito pessas todas de Calibre 18 e 12”. A enseada também era coberta por “um grande morro de areia cujas fraldas sendo de terreno fixo e coberto de mato dão lugar a ter algumas peças” que ajudariam na ocasião de desembarque. Em caso de urgência, se preciso fosse avisar a Vila de um possível ataque estrangeiro, usar-se-iam das Bandeiras de Sinais. Para tal, eram necessários dois “óculos de ver ao longe”, um “para observar as embarcações que apparecem, e outro para estar neste aquartelamento para observar os sinais que do dito Reduto se fizerem”. Lembramos que em 1745 Luis Xavier Bernardo propôs com justificativas semelhantes a construção de uma fortaleza também no Mucuripe.

Reconhecendo que o litoral cearense era bastante extenso, com muitos lugares para desembarques, Xavier Torres ainda propõe a sua proteção com oito peças de campanha, sendo quatro de calibre seis e quatro de calibre quatro. Com elas facilmente se acudiria a “qualquer ponto atacado por ser fácil o seu transporte”. Além disso, elabora o projeto de um depósito próprio para pólvora, demonstrando preocupação com uma possível explosão que certamente destruiria parte da Vila de Fortaleza.

²⁷ Ibidem.

João da Silva Feijó

O sexto engenheiro de quem se sabe foi o Sargento-Mor Naturalista João da Silva Feijó²⁸. Nascido no Rio de Janeiro em 1760 (VITERBO, 1998, I - p.319), chegou ao Ceará em 28 de outubro de 1799.

Seguiremos Castro (1997, p. 25-32) em sua análise da cartografia cearense elaborada por Feijó. A primeira de que se tem notícia, sem especificação de data, é a carta da *Capitania do Ceará; Dividida/pelo Campo Iluminado de cor*²⁹. Segundo o autor, a "expressão 'dividida pelo campo iluminado' significa dizer que o território é aquele que fica iluminado por um traço de contorno colorido ("iluminado") que começa e termina no litoral". As vilas representadas são as da Fortaleza, Arronches, Messejana, Soure, Aquiráz, Aracati, Icó, Crato, Campo Maior (Atual Quixeramobim), Sobral, Granja, Vila Nova del Rei (Guaraciaba), Viçosa e Montemor o Novo (Baturité). O território é desenhado de uma forma bastante alterada, "achatada", principalmente na região sul, fazendo com a vila do Crato fique mais próxima da costa do que a povoação de Arneirós. No mapa o Território cearense alcança o rio Parnaíba.

Segundo Castro (1997, p.26) esta carta foi provavelmente elaborada entre meados de 1799 e o fim de 1800 por Feijó, porque a vila de Fortaleza é citada como a "capital da capitania", "condição esta somente referida oficialmente após a autonomia administrativa do Ceará, obtida no início do 1799". Porque Russas ainda aparece como povoado, ela é criada como vila somente em 1801. Castro ainda afirma que somente o "Naturalista, amparado por sua competência profissional e em face da posição ocupada nos quadros técnicos e burocráticos da Capitania, poderia executar tal tarefa".

²⁸ Sobre Feijó, ver Paulino Nogueira; "O naturalista João da Silva Feijó". *Revista do Instituto do Ceará*, Anno II, 1888, p. 247-76.

²⁹ A carta não consta na coleção do Barão de Studart. É a carta sob o número 782 no Catálogo da Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército no Rio de Janeiro.

Em 1810, Feijó elaborou a *Carta / Demonstrativa da Cappitania / Do Ceará / Para servir de plano a sua carta / Topographica / Organizada e delineada / pelo Sar^{to} M^r Naturalista da / mesma cappitania / João da Silva Feijó/ - 1810*. Como o próprio nome expõe, trata-se de um rascunho que servira de plano para uma outra carta. (CASTRO, 1997, p. 27). Estão marcadas na carta, as vilas da Fortaleza, do Aquiraz, do Aracati, do Icó, da Viçosa Real, de Sobral e da Vila Nova d'El Rei. Embora já fundadas, são omitidas do desenho as Vilas de Arronches, Baturité e Crato (IBIDEM). O contorno do território já se assemelha ao atual, embora "avance de forma avultada a reentrância correspondente à bacia do Poti", hoje a região em torno de Crateús (IBIDEM). Os traçados dos maiores rios da Capitania – o Jaguaribe, o Coreaú e o Acaraú – além do Choró, Pacoti e Ceará, já correspondem à realidade. O mesmo não se observa em relação ao rio Poti, assinalado como o rio das Piranhas.

A carta para qual serviu de base o rascunho foi a *Carta Topographica / da / Capitania do Ceará / que a / SAR / o Príncipe Regente / Nosso Senhor / Dedicou / Luiz Barba Alardo de Menezes no ano de 1812, também de Feijó*³⁰. A sua importância deve-se tanto por suas informações gráficas como pela memória descritiva que contornam o desenho central.

Além das distâncias entre as 16 vilas cearenses enumeradas - a vila de Aquiraz, Aracati, Arronches, São Bernardo, Campo Maior, Crato, Fortaleza, Granja, Icó, São João do Príncipe, Messejana, a Vila Nova d'El Rei, Sobral, Soure e Vila Viçosa Real – há um conjunto de observações sobre a situação do porto da vila de Fortaleza, uma "Taboa de Referência" explicando as abreviaturas usadas no texto, informações

³⁰ Castro (1997, p.28) afirma não haver dúvida em atribuir a autoria do trabalho a Feijó, "arrimado no fato de ele próprio declarar haver 'organizado e delineado' a Carta Demonstrativa da Capitania, já apresentada antecipadamente, 'para servir de plano a sua carta Topográfica'".

sobre a história da capitania e uma tabela cronológica com o nome de todos os Governadores da capitania do Ceará até aquela data.

Antonio José da Silva Paulet

O sétimo e último engenheiro de quem se tem notícia na Capitania cearense foi Tenente-Coronel Antonio José da Silva Paulet. Os trabalhos de arquitetura, urbanismo e de documentação gráfica desenvolvidos por Paulet indicam o “início de uma nova etapa de desenvolvimento material” do Ceará (CASTRO, 2005, p. 61), expressão de sua autonomia política em relação à capitania de Pernambuco em 1799, da qual era até então anexa.

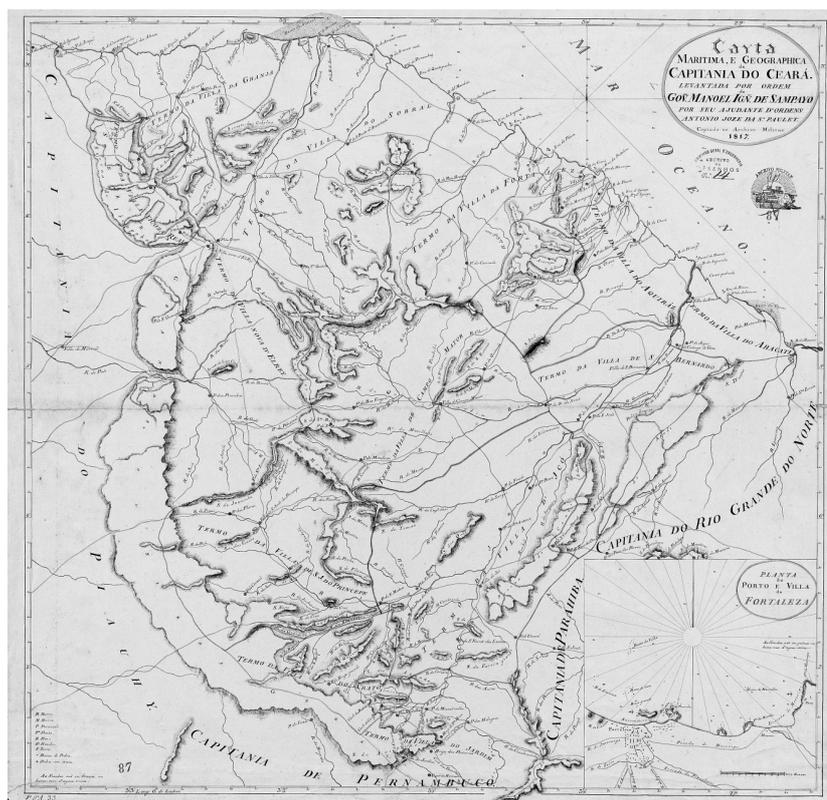
O engenheiro Antonio da Silva Paulet chegou ao Ceará em 1812, como ajudante de ordens do Governador Manoel Ignácio de Sampaio. Silva Paulet não apenas cartografou a Capitania cearense em suas minúcias, possivelmente apoiado pela cartografia já elaborada por Feijó, como elaborou uma planta para a vila de Fortaleza, com ruas entrecortadas em ângulos retos, um projeto para o edifício do mercado da Vila e outro para Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (CASTRO, 1994, p. 61-63).

Um ano após a sua chegada ao Ceará, elaborou uma carta de toda a sua costa. A *Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por / ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio, pelo seu / Ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / Anno de 1813* possui em detalhe no seu canto esquerdo a *Planta / do Porto e / Villa do / Aracati* e uma *Planta / do Porto e Villa / da Fortaleza*. Ela também não figura entre as cartas arroladas pelo Barão de Studart (1923) em sua *Cartografia, Mappas, Cartas, etc. Referentes ao Ceará*. Na planta, estão representadas as vilas de Parnaíba, no Piauí, além das vilas de Granja, Sobral, Fortaleza, Arronches, Soure, Mecejana, Aquiraz e do Aracati. Foi também marcado

o povoado da Barra, na foz do Coreaú; o povoado de Amontada, no rio Aracatiassú; a povoação de S. José e de Santa Cruz, na serra de Uruburetama; o povoado de Siupé e o de Cascavel.

Da desaparecida coleção de Studart (1923, p.353-55) consta seis cartas executadas por Paulet, de acordo com a numeração elaborada pelo historiador (CASTRO, 2005, p. 61). A de nº 35 - *Carta geográfica e hidrográfica da Capitania do Ceará* - 1816, a de nº 36 - *Carta da Capitania do Ceará* - 1817, a de nº 37 - *Carta marítima e geográfica da Capitania do Ceará* - 1817, a de nº 38 - *Carta da Capitania do Ceará* - 1817, a de nº 39 - *Planta da Villa de Fortaleza e seu Porto* - 1818 e a de nº 40 - *Carta topographica dos Termos das Villas do Aquiraz e Aracati* - 1819.

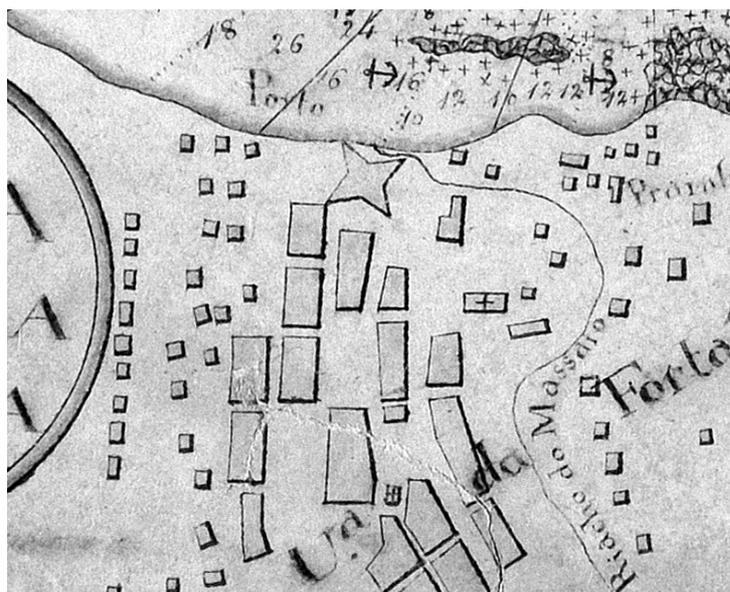
A Carta / Marítima, e Geographica / da / Capitania do Ceará. / Levantada por ordem / do / Gov^{or} Manoel Ign^{co}. de Sampayo / por seu ajudante d'ordens / Antonio Joze da S^a. Paulet de 1817 possui no seu canto direito uma cópia da Planta / do / Porto e Villa / da / Fortaleza, ainda mais esquemática que a representada em 1813. Esta planta de 1817 apresenta não apenas a hidrografia e a topografia da Capitania como também a sua rede urbana, com as vilas e povoações interligadas por estradas.



Carta / Marítima e Geográfica / da / Capitania de Ceará. / Levantada por ordem / do / Gov. Manoel Ignácio de Sampayo / por seu ajudante d'ordens / Antônio Joze da Silva Paulet 1817.

Fonte: GEAEM. Desenho n 4578. Armário 1A. Prateleira 10A. Pasta 53.

Como já anunciamos, Silva Paulet propôs um plano de expansão urbana para a vila de Fortaleza. Infelizmente não há qualquer registro do desenho exato elaborado por Paulet. A única aproximação possível é exatamente o anexo à planta de 1813, a *Planta do Porto e Villa da Fortaleza*.

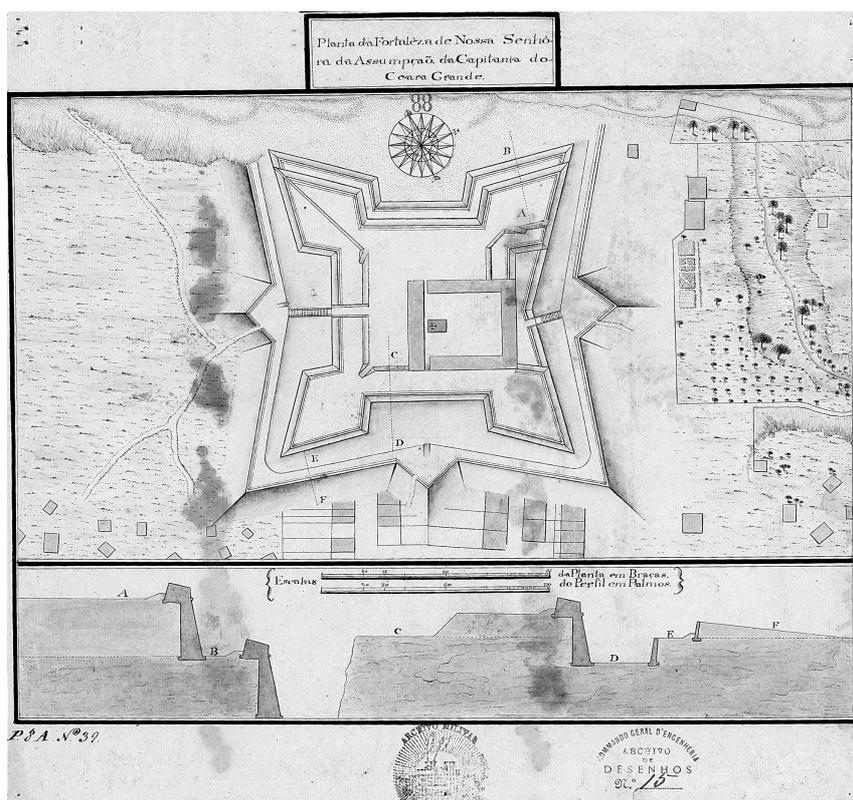


Planta do Porto da Vila de Fortaleza.

Detalhe da Carta da / Capitania do Ceará e costa / correspondente levantada por / ordem do Governador Manoel / Ignácio de Sampaio; pelo seu ajudante de ordens Antonio / José da Silva Paulet no / anno de 1813.

Fonte: Mapoteca do Itamarati - RJ.

Em Fortaleza, Paulet foi ainda o engenheiro responsável pelo projeto do novo mercado da vila – cuja “portada de acesso, em pedra portuguesa, figurava com o mais antigo emblema neoclássico da cidade” (CASTRO, 2005, p.61) - e da nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.



Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceará Grande

Fonte; GEAEM. Desenho 4579. Armário 1A, prateleira 10A, Pasta 53. (0,333 X 0,311).

Em 1825, a *Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceará Grande* – o único documento gráfico relativo ao projeto original da fortaleza – foi enviada por Silva Paulet aos seus superiores portugueses.

A heterogeneidade do espaço construído na América Portuguesa

Pelo exposto, reconhecemos que as ações urbanizadoras portuguesas em seu território americano não foram homogêneas, assim como também não o foram as empreendidas na Capitania cearense. Elas se diferenciavam no tempo e no espaço dentro das mais variadas escalas, estando diretamente relacionadas às prioridades e às potencialidades de cada lugar ocupado, variando de acordo com as suas especificidades econômicas e pela importância de suas posições

geográficas para movimento lusitano de ocupação e fixação no Brasil, após o fim da União Ibérica. Aqui é possível a afirmação de Santos (1999, p.213) para quem não existe – e nunca existiu – “homogeneidade do espaço, como, também não existe homogeneidade das redes”. Santos (IBIDEM, p.214) acrescenta, ainda, que dentro de um mesmo subespaço há “uma superposição de redes, que influem redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas”. Pelo diferenciado aproveitamento social das redes é que se dão as “desigualdades no uso” e a diversidade no “papel dos agentes no processo de controle e de regulação de seu funcionamento”, com um investimento diferenciado da técnica. Exceto pela presença de Custodio Francisco de Azevedo nos procedimentos de instalação da vila de índio de Monte-mór o Novo d’América e o plano de expansão da vila de Fortaleza elaborado por Silva Paulet no início do século XIX, a presença de engenheiros durante o século XVIII e no início do século XIX no Ceará disse respeito à tradição lusitana de defesa do litoral da América Portuguesa com visitas à Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, com o intuito de saber o seu verdadeiro estado ou analisando possíveis minas de ouro e prata. Eles pouco ou nada interferiram no espaço construído da Capitania.

Referências Bibliográficas.

A NOVA LUSITÂNIA – Imagens Cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822). Catálogo. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa. 2001.

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500 – 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 2º ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ALVES, Joaquim. História das Sêcas (Século XVII a XIX). Obra fac-símile Edição 1953. Coleção Biblioteca Básica Cearense. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 2003.

ARAÚJO, Renata Malcher de. A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII. Discurso e Método. Volume I. Dissertação de Doutorado em História da Arte. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 2000.

CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. Revista do Instituto do Ceará. Tomo CVIII. Fortaleza. 1994.

CASTRO, José Liberal de. Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército. Revista do Instituto do Ceará. Tomo CXI, Ano CXI, Volume 111, 1997.

CASTRO, José Liberal de. **A Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceará Grande**. Pleito de Tombamento. Formulada ao IPHAN. 2005. Não publicado.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. 4v. Lisboa: Livros Horizonte. 1984.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal. Do Renascimento às Revoluções Liberais**. Volume II. 13^o ed. Lisboa. Editorial Presença. 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. (Estudos Históricos; 41). São Paulo: Hucitec, 2000.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordestino do Brasil, 1650 – 1720** – (Estudos Histórico, 44). São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2002.

ROSSA, Walter. A Cidade Portuguesa. In: **A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português**. Coimbra. Ed. Livraria Almedina. 2002c.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3^a edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

STUDART, Guilherme, Barão. **Notas para a História do Ceará. (Segunda metade do século XVIII)**. Lisboa, Typographia do Recreio. 1892.

STUDART, Guilherme, Barão. Geografia do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXXVII, CE-FORT, Typ. Minerva, 1923.

STUDART, Guilherme, Barão de. **Datas e factos para a história do Ceará**. Tomo I. Edição fac-similar. Fortaleza. Fundação Waldemar Alcântara. 2001. Coleção Biblioteca Básica Cearense. Fac-simile – edição de 1896.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500 / 1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. Editora da Universidade de São Paulo. 1968.

THÉBERGE, P. (Dr.). **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Tomo I. Ed. Fac-simile. 1895 – Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. (Col. Biblioteca Básica Cearense).

VITERBO, Francisco Marques de Souza. **Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses**. Reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1899 da Biblioteca do INCM. Prefácio de Pedro Dias. Volume I, II e III. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1998.

VELLOZO, Diogo da Sylveyra. **Arquitetura Militar ou Fortificação Moderna**. Salvador. EDUFBA, 2005.